



*Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak*

MENSAGEM Nº 011 /GG

Teresina(PI), 24 de FEVEREIRO de 2010.

LIDCHIO 1777 11/11/10

Em 25 fev 2010

1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Comunico a Vossas Excelências que, nos termos do § 1º, do art. 78, da Constituição Estadual, decidi **VETAR TOTALMENTE** por inconstitucionalidade o Projeto de Lei que “**Dispõe sobre a inclusão do tipo sanguíneo nas carteiras de habilitação expedidas no Piauí**”, pelas razões que seguem:

O presente Projeto de Lei, em que pese sua louvável iniciativa, é inconstitucional.

Com efeito, a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), em seu art. 159, prescreve que a Carteira Nacional de Habilitação será expedida em modelo único e de acordo com as especificações do CONTRAN.

O CONTRAN, por intermédio da Resolução nº 192, de 30 de março de 2006, discriminou todas as especificações que devem constar da Carteira nacional de Habilitação, não destinando nenhum para o tipo sanguíneo do titular.

Por outro lado compete à União legislar privativamente sobre trânsito, nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal.

Assim, por invadir competência privativa da União e romper o pacto federativo, pois o Estado do Piauí teria uma carteira própria de habilitação, o Projeto de Lei é inconstitucional

Excelentíssimo Senhor
Deputado THEMISTOCLES DE SAMPAIO PEREIRA FILHO
Presidente da Assembléia Legislativa do Piauí
NESTA CAPITAL

J. A. Reis de Freitas
Secretário Geral da Mesa



Estado do Piauí
Gabinete do Governador
Palácio de Karnak

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a **VETAR TOTALMENTE**, por inconstitucionalidade o Projeto de Lei em causa, as quais submeto à elevada apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa.



JOSÉ WELLINGTON BARROSO DE ARAÚJO DIAS
Governador do Estado do Piauí



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 02 / 03 / 2010

Obaagi
Deputação de Maria Luísa (Ratificação)
Chefe do Núcleo Comissões Legais

Ao Deputado Roracalli
Paulo
para relatar.

Em 09 / 03 / 2010

[Assinatura]
Presidente Comissão de Constituição e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

1

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO

MENSAGEM 011

PROCESSO AL – 241/10

AUTOR: GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEP. RONCALLI PAULO

I - RELATÓRIO

Nos termos do art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, encaminhado a esta relatoria para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a matéria que está sujeita a disposições especiais, pois trata-se de veto nos termos do art. 78, § 1º e 102, Inciso XIV da Constituição Estadual, combinado com o art. 197 e 198 do Regimento Interno, que será apreciado dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta nos termos do art. 78, § 4º, da Constituição Estadual.

A Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), em seu art. 159, prescreve que a Carteira Nacional de habilitação será expedida em modelo único e de acordo com as especificações do CONTRAN.

O CONTRAN, por intermédio da resolução nº 192, de 30 de março de 2006, discriminou todas as especificações que devem constar da Carteira Nacional de Habilitação, não destinando nenhum para o tipo sanguíneo do titular.

Por outro lado compete à União legislar privativamente sobre trânsito, nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal.

Assim, por invadir competência privativa da União e romper o pacto federativo, pois o Estado do Piauí teria uma carteira própria de habilitação, o Projeto de Lei é inconstitucional.



ESTADO DO PIAUÍ.
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA.

2

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório somos de parecer favorável à sua aprovação a manutenção do veto nos termos do Parágrafo único do art. 198 do Regimento Interno.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 15 de março de 2010.**

Dep. **RONCALLI PAULO**
Relator

